

# O trabalho infantil na agricultura moderna

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o problema do trabalho infantil em atividades produtivas na agricultura moderna, tomando como ponto de partida a visão de chefes de famílias que têm filhos inseridos em trabalhos assalariados. A precariedade das condições de vida dos trabalhadores rurais assalariados, aliada a certos valores culturais, torna socialmente aceitável a emergência de crianças na condição de trabalhadoras para o capital.

Palavras-chave: infância; trabalho infantil; agricultura.

**M**otivações de ordem econômica e cultural combinam-se e interpõem-se na incorporação prematura de crianças e adolescentes em relações sociais de trabalho assalariado, existentes em atividades produtivas da agricultura do Estado de Goiás. O objetivo do artigo é estabelecer as inter-relações que fundamentam a inserção de trabalhadores infantis em certas cadeias produtivas do agronegócio, a partir da perspectiva dos chefes de famílias envolvidos na problemática. Estas reflexões fazem parte de um estudo mais amplo que foi realizado no município goiano de Itaberaí, e apresentado como tese de doutorado (MARIN, 2001).

A legislação vigente no Brasil proíbe o trabalho infantil, assalariado ou remunerado, por considerá-lo prejudicial ao pleno desenvolvimento de um ser humano em formação, nos aspectos físico, emocional, moral, social e intelectual. Instituições estatais, internacionais, não-governamentais e representantes da sociedade civil, procuram interditar o trabalho infantil e investir na denúncia pública, para criar uma consciência de reconhecimento do problema social. Ao mesmo tempo, indicam a escola associada aos programas sociais, como estratégias de combate ou, para os mais otimistas, de erradicação. No conjunto, essas concepções e práticas tratam de valorizar a infância como uma idade da vida do estudo, do riso, da brincadeira e da inocência.

A tendência à universalização

das representações da infância, em cujo eixo mobilizam-se os diversos movimentos de moralização e conscientização contra as formas de exploração do trabalho infantil, normalmente desconsidera as especificidades culturais dos diversos grupos, as reais condições de vida das crianças e de sua família, bem como as relações de trabalho e de poder historicamente estabelecidas. Com efeito, essa idealização da infância está longe da realidade de milhões de crianças pobres ou miseráveis. Os chefes de famílias, impossibilitados de cumprir os papéis de provedores, recorrem a solidariedade de seus filhos para colaborar na melhoria do rendimento familiar. Para essas crianças e adolescentes não há muito tempo para a escola, para os brinquedos e nem mesmo a tantos risos, porque são encaminhados prematuramente ao trabalho, sem direito de escolha, nem de recusa. Desde pequenas aprendem que seu tempo e sua energia vital devem ser orientados ao trabalho para incorporar os saberes e prover os meios necessários à vida e à própria sobrevivência.

Historicamente, nas unidades de produção familiar, a sociabilidade das

*Para essas crianças e adolescentes não há muito tempo para a escola, para os brinquedos e nem mesmo a tantos risos, porque são encaminhados prematuramente ao trabalho, sem direito de escolha, nem de recusa.*

crianças dava-se fundamentalmente no ato de trabalhar. Em todas as atividades produtivas e reprodutivas, a criança tinha uma participação ativa, e era estimulada pelos adultos para aprender fazendo. A criança apropriava-se de todos os conhecimentos necessários para plantar, cultivar, colher e cuidar da casa. No trabalho, procurava-se respeitar os limites físicos e a idade de cada criança, e ainda era permitido intercalá-lo com atividades prazerosas. Havia possibilidade de programar o tempo de trabalho da criança para não sobrecarregá-la num único dia, e nem obrigá-la a executar trabalhos muito pesados ou perigosos. O trabalho assumia importância na preparação da criança para a vida adulta, daí o profundo significado educativo.

A modernização da agricultura, caracterizada pelo aprofundamento dos vínculos de dependência entre a agricultura e a indústria, resultou na expulsão de grandes contingentes populacionais do campo, que passaram a estabelecer suas residências nas periferias das cidades. Destituídos dos meios de produção, os migrantes encontraram-se na contingência de vender sua mão-de-obra aos empresários e seus agenciadores, em trabalhos sazonais e sem a garantia de direitos. As condições técnicas de produção na agricultura impuseram o trabalho assalariado temporário, a perda do vínculo empregatício, a remuneração por tarefa ou produtividade. Essas mudanças excluíram direitos trabalhistas, exigiram a intensificação do ritmo de trabalho e ampliaram o autocontrole do trabalhador no processo produtivo.

Como resultado, os salários dos trabalhadores rurais assalariados são extremamente baixos, incapazes de garantir a reprodução social da família.

Inicialmente, na qualidade de chefe provedor da família, o homem teve que se assalariar. Mas, sozinho, ele não conseguiu satisfazer todas as necessidades da família, porque a vida na cidade implicou no aumento dos gas-

tos com alimentação, saúde, educação, moradia, energia elétrica, gás, entre outros. A ampliação do leque das necessidades tornou-se impossível de ser suprida apenas com os ganhos auferidos pelo chefe da casa. Na medida em que as condições de reprodução ficaram cada vez mais comprometidas com o aviltamento dos salários do chefe de família, tomou-se premente a inclusão das mulheres no trabalho assalariado para incrementar os rendimentos.

Quando os rendimentos auferidos pelos membros adultos são insuficientes para suprir as necessidades básicas da família, as crianças não tiveram o direito à outra escolha: o trabalho prematuro foi o caminho inevitável. Isto significa que os trabalhadores infantis não se engajam espontaneamente no mercado de trabalho. Antes, são estratégias para prover os mais elementares meios de sobrevivência, uma vez que, despossuídas economicamente, as famílias procuram compensar com os ganhos da criança os baixos salários, o desemprego ou a incapacidade dos membros adultos. Há situações em que o pai está doente e a mãe encarrega-se apenas dos serviços da casa; noutras, o pai e a mãe estão incapacitados por problemas de saúde física ou mental; ou ainda, o homem abandonou a família, deixando para a mãe o fardo do sustento dos filhos e, por vezes, a família é numerosa e os adultos, sozinhos, não garantem as necessidades básicas com os ganhos obtidos.

Considerando que os programas de assistência social não oferecem amparo nas situações de extrema necessidade que se configuram à família pobre, a criança e o adolescente não têm outra saída, senão incorporarem-se ao trabalho, como tentativa de eles próprios assegurarem o sustento familiar. Esta diversidade de problemas e de situações resulta na insegurança cotidiana e na incerteza do dia de amanhã e, no momento em que surge uma oportunidade de trabalho, todos os integrantes da família, em condições físicas, são convocados a somar os esforços.

Para os pais, sempre é uma satisfação quando dentro de sua casa há uma ou mais crianças trabalhando, porque este trabalho significa um recurso a mais que soma no orçamento familiar. Em muitas situações, expressas objetiva e

subjetivamente, a criança pobre é tratada pela própria família como um dispendio no orçamento. A criança passa a vivenciar um sentimento de culpa que, para se redimir, atende a toda solicitação dos adultos, no sentido de assegurar o seu próprio sustento e de sua família. Trabalhando, a criança e o adolescente percebem-se e são percebidos pelos outros como úteis e produtivos, formando um sentimento de importância no seio da família, já que pode "ajudar" nas despesas.

A "ajuda" tem sido argumento que normalmente os pais usam para legitimar o trabalho da criança na agricultura. Na percepção dos pais, há diferenças entre as noções do trabalho da criança na qualidade de "ajuda" e o trabalho na qualidade de "exploração". O trabalho como "ajuda" envolveria tarefas acompanhadas dos pais, as quais a criança teria condições físicas e intelectuais para realizá-las. Este trabalho teria um caráter mais espontâneo, não obrigado, ainda que necessário à complementação da renda familiar. Já na outra noção, num caráter de exploração, a criança seria obrigada a desempenhar tarefas que extrapolam suas capacidades, sem a proteção dos pais, apresentando-se individualmente diante do patrão. Na primeira condição, a criança estaria aprendendo a trabalhar sob o estímulo e o acompanhamento da família; na segunda, haveria o uso da força, para a criança responder a demandas impostas pelos adultos.

O trabalho como "ajuda" e como "aprendizado", argumentos socialmente construídos para justificar a participação da criança nas tarefas das unidades de produção familiar, é agora rearticulado para legitimar a vinculação de crianças nos trabalhos em relações assalariadas. Mesmo que neste trabalho não haja um caráter educativo ou formativo e que seja prejudicial, repetitivo e alienado, a meninada sempre é estimulada a executá-lo, "para aprender" e "para render mais". O trabalho passa a ser socialmente percebido como algo natural, necessário e imprescindível na socialização da criança, com vistas à preparação da vida futura. Nestes termos, o trabalho prematuro, antes de um problema, transforma-se em virtude. Os malefícios que o trabalho precoce podem causar à saúde, ao desenvolvimento físico, à continuidade da escolarização e mesmo

a baixa remuneração são minimizados pelos pais, diante da valoração positiva do trabalho na formação e reprodução das novas gerações. As crianças e os adolescentes que conseguem, através de seu trabalho, ganhar algum dinheiro para suprir alguma necessidade sentem-se importantes e valorizados pelas famílias e pela sociedade. É desejo dos pais que seus filhos tenham uma ocupação para ganhar a vida com honestidade.

"Aprender uma profissão" é para as crianças "um dever", que deve ser incutido desde muito cedo, não apenas como valor social, mas como prática, visando à naturalização e à internalização dos usos do corpo requerido no trabalho. Portanto, desde pequenas, as crianças são estimuladas ao trabalho, para aprenderem a "virar-se por conta própria".

Diante dos problemas que o trabalho rural assalariado representa, os pais vivenciam um drama: de um lado, a extrema carência, que requer a ajuda das crianças e dos adolescentes na complementação da renda, e, de outro lado, o agravamento da debilidade física de seus filhos, resultante de uma alimentação deficiente, das infestações de vermes gastrointestinais, dos problemas renais, pulmonares, entre outros. Os pais sabem da incompatibilidade do trabalho de bóia-fria com o desenvolvimento físico das crianças, mas ao mesmo tempo são coagidos pela necessidade de aumentar os ganhos para dar conta das despesas da família.

Portanto, os pais e mães de família não desejam que seus filhos permaneçam na condição de bóia-fria, porque o trabalho assalariado na agricultura é considerado desgastante, mal remunerado, socialmente desprestigiado e executado apenas por pessoas que não têm qualificação para serviços melhores. Diante da desvalorização e dos perigos do trabalho assalariado, os pais desejam outras ocupações laborais para os filhos. Sonham com um trabalho mais valorizado, mais limpo, mais leve e melhor remunerado, que pode ser proporcionado através da escolarização.

Todavia, os trabalhadores infantis estão envolvidos numa teia de relações contraditórias. Premidos pela necessidade, a sua incorporação nas atividades remuneradas na agricultura é a possibilidade concreta de ajuda à família, considerando a escassez de mercado de trabalho local.

Porém, essa ocupação impede o bom desempenho nos estudos e inviabiliza o sonho de superação da precariedade. Soma-se ainda, a sazonalidade do trabalho agrícola que os leva à exaustão física durante as colheitas, seguidas por longos períodos de desemprego ou de subocupação, condições que por si geram instabilidade. Diante das situações de miséria e da ausência de políticas de inclusão social, a família toma-se a instituição que procura viabilizar

a sobrevivência cotidiana e criar as condições mínimas de dignidade. A supressão das necessidades básicas exige que todos os membros da família se incorporem coletivamente ao trabalho, para amenizar a precariedade imposta pelos baixos salários, pela instabilidade no emprego, pelo desamparo dos inválidos e dos doentes, pelo abandono dos velhos. Em torno da solidariedade da família, homens e mulheres, adultos, velhos, adolescentes e crianças constroem espaços de sobrevivên-

rém, a indicação, a aparência física, o vestuário e a origem da família são os critérios mais observados pelos que contratam trabalhadores menores. Desde muito cedo, eles aprendem, através de experiências diversas, que há muita discriminação em relação à cor e à aparência física, principalmente quando o objetivo é escolher candidatos para os melhores postos de trabalho existentes na cidade. Para os descendentes de negros e para os que não dispõem de um requisito que se convencionou denominar "boa aparência", restam os empregos menos valorizados socialmente, como é o caso dos trabalhos assalariados na agricultura, em oficinas elétricas e mecânicas, serralherias, borracharias. Nesses serviços, os critérios de "boa aparência" e de cor da pele não são tão importantes, mas sim a habilidade e a prestimosidade do candidato.

Além de uma necessidade, o trabalho é percebido como uma agência educadora-disciplinadora capaz de evitar que crianças e adolescentes entrem no mundo da mendicância, da marginalidade e do crime. Os pais de famílias sentem-se ameaçados pela falta de outras alternativas de educação para seus filhos. Daí ser preferível o trabalho a rua, porque o trabalho educa para o desenvolvimento da responsabilidade, da dignidade e da honra, enquanto a rua representa uma ameaça ao projeto dos pais em formar filhos trabalhadores. A rua é vista como a escola da vagabundagem e da malandragem, antíteses do trabalhador. A partir dos 10 a 12 anos, os pais acreditam que é uma idade-chave para as crianças adquirirem "influência", que pode ser orientada para o desenvolvimento da responsabilidade e do amor ao trabalho ou para a incorporação dos desprezíveis atributos próprios do preguiçoso, do malandro, do marginal.

Deixando-os em casa ociosos e sem poder vigiá-los, os pais temem que seus filhos possam agregar-se à marginalidade, em face do poder de influências das más companhias e à maior susceptibilidade desta idade da vida em introjetar idéias e comportamentos nocivos. O trabalho desponta no horizonte das famílias como oposição ao mundo desregrado e perigoso da rua e como meio de proteger seus filhos do crime e da marginalidade.

Os locais de trabalho normalmente são distantes das vilas onde os trabalhadores residem, o que permite o permanecimento por muito tempo afastados de casa e tenham reduzido o tempo de convivência com os filhos. Normalmente, os pais saem muito cedo para o trabalho e retornam tarde, às vezes, permanecendo por longos períodos fora, o que os deixa apreensivos, sem saber o que pode acontecer com os filhos que ficaram em casa. As crianças em idade escolar, num turno do dia, estão ocupadas com a escola, mas no turno sem aulas ou no período de férias os pais temem pelos riscos de acidentes, pelas malcriações que podem fazer em casa ou nas vizinhanças, pelas amizades, ou mesmo pelos riscos de violência que podem sofrer de pessoas mais velhas.

Os pais depositam no trabalho a esperança de desenvolver o senso da disciplina e, ao mesmo tempo, o controle do tempo livre de seus filhos. Por isso, não concordam com as novas leis que interditam o trabalho às crianças e prolongam a idade para o ingresso no mercado de trabalho. Compartilham a idéia de que estas leis, ao invés de protegerem a criança e o adolescente, abrem maiores possibilidades de exposição aos perigos que a rua representa. Percebem, portanto, que há apenas uma via em que seus filhos podem vincular-se: o trabalho ou a rua. De fato, além das escolas, inexistem outras instituições orientadas à aprendizagem das novas gerações. Se as crianças não forem à escola e nem ao trabalho, o espaço que resta é o da rua. A rua é entendida como espaço desregrado, desorganizado, do qual só emana o pior. Assim, a proibição do trabalho às crianças é incompreensível aos pais, por entenderem que a ociosidade abre caminhos para a permanência na rua.

Portanto, a incorporação prematura no mundo do trabalho revela a impossibilidade de construção de outros projetos de vida para os filhos. Mesmo que no plano do discurso se reconheça a importância da escola para transpor o ciclo limitado de relações em que as famílias se inserem, a realidade cotidiana dos trabalhadores infantes inviabiliza a continuidade dos estudos. A carga de trabalho, o cansaço físico e mental, a fome e a precariedade das escolas e do ensino agregam-se, e acabam por mortificar o sonho de fazer do estudo um meio para galgar melhores posições sociais. Ademais, a continuidade do processo

*Sonham com um trabalho mais valorizado, mais limpo, mais leve e melhor remunerado, que pode ser proporcionado através da escolarização.*

zará a sobrevivência cotidiana e criar as condições mínimas de dignidade. A supressão das necessidades básicas exige que todos os membros da família se incorporem coletivamente ao trabalho, para amenizar a precariedade imposta pelos baixos salários, pela instabilidade no emprego, pelo desamparo dos inválidos e dos doentes, pelo abandono dos velhos. Em torno da solidariedade da família, homens e mulheres, adultos, velhos, adolescentes e crianças constroem espaços de sobrevivên-

*A carga de trabalho, o cansaço físico e mental, a fome e a precariedade das escolas e do ensino agregam-se, e acabam por mortificar o sonho de fazer do estudo um meio para galgar melhores posições sociais.*

cia, de sociabilidade e de identidades, na tentativa de superar uma ordem social excludente.

Dada a precariedade do emprego assalariado nas atividades produtivas agrícolas, os trabalhadores infantis sonham com um trabalho mais valorizado, estável, limpo, leve e mais bem remunerado. Na admissão aos trabalhos do comércio, po-

de escolarização exige investimentos por parte da família, os quais são insuportáveis diante de uma situação de precariedade.

Submetidas aos constrangimentos da miséria e da falta de alternativas de integração social, as famílias optam por preservar a integridade moral dos filhos, inculcando valores, tais como a dignidade, a honestidade e a honra do trabalhador. Há um investimento no caráter moralizador e disciplinador do trabalho, como tentativa de evitar que os filhos incorporem-se aos grupos de jovens marginais e delinqüentes, ameaça que parece estar cada vez mais próxima das portas das casas. Por conseqüência, a idade de 12 anos torna-se um marco da entrada no mundo do trabalho e um fim prematuro da infância, critério que não é estabelecido apenas pela precariedade das condições de vida das famílias, mas também porque é uma forma de controlar a conduta dos filhos, especialmente numa fase em que eles adquirem maior autonomia pessoal diante dos progenitores. Na passagem dos 14 para os 15 anos, então, considera-se que os jovens já dispõem das condições físicas e dos pré-requisitos para a vinculação definitiva no mercado de trabalho, preferencialmente naquelas ocupações socialmente valorizadas e, como quase sempre isso não é possível, acabam repetindo a sina dos pais.

Desta forma, para os filhos de bóias-frias, a adolescência inexistente, independente das concepções modernas que concebem esta idade da vida como intermediária entre a infância e a adulta. O fim da infância, associada à entrada direta ao mundo do trabalho, significa a conquista de maior autonomia pessoal, propiciada pelo salário ganho com o próprio esforço físico, bem como a introjeção da disciplina e do comportamento social apropriados aos adultos. A iniciação no trabalho implica a internalização do domínio das habilidades e dos movimentos corporais, processo este que não deve ser adiado por muito tempo, pois "a vocação" pode ser outra que não o trabalho. No processo de disciplinarização moral, que prima pela transmissão de valores e referências sociais atinentes à dignidade do trabalho para a garantia da reprodução social, não há outro caminho senão a assimilação do trabalho como prática cotidiana. Os pais de família entendem como sua a missão primor-

dial de desenvolver o senso da responsabilidade dos futuros trabalhadores, evitando a agregação daqueles valores que configuram a antítese do homem trabalhador. Por isso, diante das situações que se aproximam ao estereótipo do vagabundo, os pais sentem-se na obrigação moral de aplicar castigos físicos nos filhos, para corrigi-los e para impedi-los que recorram às condutas condenáveis.

Porém, os pais não se conformam diante da legislação que prolonga a infância, através da adolescência, interditando o trabalho infantil e, ao mesmo tempo, interferindo no interior da família, para que não usem da violência física, como meio de educação dos filhos. Reconhecendo-se como pessoas de "situação fraca" e como excluídos das instituições públicas de formação profissional, os pais não vislumbram outros meios de educar os filhos senão através do trabalho, da disciplinarização moral e do castigo físico.

Vivenciando uma realidade excludente que tende a se agravar cada vez mais, os pais ressaltam exatamente aquelas referências de sociabilidade que receberam das gerações antecessoras, utilizando-as na educação de seus próprios filhos. Diante das condições sociais marcadas pelo insulamento político e cultural, da incorporação precária no mundo do trabalho e da exclusão social, os pais percebem-se fragilizados e impotentes para formarem seus filhos. Sem ter os meios para proporcionar melhores projetos, os pais acreditam que vinculando-os precocemente ao trabalho e castigando-os quando desobedecem estão fazendo o melhor possível aos seus.

Enfim, as condições que se configuram tendem a aprofundar as desigualdades sociais: por um lado, os setores empresariais, na determinação de tomarem-se competitivos e aumentarem seus lucros, exploram inescrupulosamente uma população pobre e extremamente jovem, e, por outro, um grande número de crianças e adolescentes permanece desprotegido pelas leis e pelas políticas públicas, vivendo em precárias condições de vida, que comprometem até mesmo a própria sobrevivência física. A esta maioria excluída resta poucas possibilidades de inserção no processo de desenvolvimento econômico, tanto no hoje como no amanhã. Na realidade, estabeleceu-se uma articulação entre o econômico e o cultural num processo contraditório de valorização e

desvalorização da mão-de-obra da criança e do adolescente: ao mesmo tempo em que se valoriza o trabalho precoce como estratégia disciplinadora, se desvaloriza esta força de trabalho, permitindo apenas uma preparação escolar ou profissional que reproduz a precariedade das condições de vida. Esta socialização resulta não apenas na destituição das condições materiais necessárias para garantir um padrão mínimo de vida, mas, além disso, na destituição da possibilidade de ser um sujeito portador de direitos. Desde muito cedo, as crianças são inseridas em relações sociais de produção que engendram e reproduzem a sua própria exclusão social.

Infelizmente, o trabalho infantil não é um problema do passado. Os programas sociais, com propósitos de erradicar o trabalho infantil e oportunizar os estudos escolares, não atingiram os resultados esperados porque não interferiram nas estruturas que engendram a miséria dos bóias-frias, não levaram em consideração alguns valores culturais das famílias empobrecidas e nem criaram alternativas eficazes de formação profissional para os adolescentes. As crianças e os adolescentes continuam vendendo sua força de trabalho a preços vis, submetendo-se a trabalhos pesados e insalubres, em franco prejuízo da continuidade da escolarização. Contraditoriamente, em várias cadeias produtivas da agricultura brasileira aparecem, de um lado, o emprego de tecnologias de alta precisão que combina máquinas, procedimentos técnicos avançados, biotecnologia, micro-informática e gestão econômica sofisticada de outro lado, a exploração prematura da força de trabalho de crianças que as coloca em relações sociais degradantes as quais relembram tempos remotos. No espaço agrário brasileiro, aparecem tecnologias agropecuárias com toques futuristas junto às crianças que são transformadas prematuramente em sucatas do progresso.

## Autor

1 Doutor em Sociologia, professor da Universidade Federal de Goiás.

## Referência bibliográfica

MARIN, J. O. B. Trabalho infantil: a construção de um problema social. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual Paulista de Araraquara, 2001.